



DISSONÂNCIA

Revista de Teoria Crítica

ISSN: 2594-5025

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Estadual de Campinas

www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica

Título Uma nota sobre a dialética

Autor(a) Herbert Marcuse

Tradutor(a) Inara Luisa Marin

Fonte Dossiê Herbert Marcuse, Parte 2 (*Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, volume 2, número 1. 2, junho de 2018)

Como citar este artigo:

Marcuse, Herbert. “Uma nota sobre a dialética”. Trad. Inara Luisa Marin. *Dossiê Herbert Marcuse, Parte 2 (Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, v. 2, n. 1. 2), p. 9-19, junho de 2018.

UMA NOTA SOBRE A DIALÉTICA

(1960)*

Herbert Marcuse

Tradução de Inara Luisa Marin

Este livro foi escrito na esperança de que faria uma pequena contribuição para o renascimento, não de Hegel, mas de uma faculdade mental que corre o risco de ser destruída: o poder do pensamento negativo. Como Hegel define: “O pensamento é, de fato, essencialmente, a negação daquilo que está imediatamente diante de nós”. O que ele quer dizer com “negação”, a categoria central da dialética?

Mesmo os conceitos mais abstratos e metafísicos de Hegel estão saturados com experiência – experiência de um mundo em que o irrazoável torna-se razoável e, como tal, determina os fatos; em que a falta de liberdade é a condição da liberdade, e a guerra a garantia da paz. Este mundo se contradiz. O senso comum e a ciência purgam-se desta contradição; mas o pensamento filosófico começa com o reconhecimento de que os fatos não correspondem aos conceitos impostos pelo senso comum e pela razão científica – em suma, com a recusa em aceitá-los. Na medida em que esses conceitos desconsideram as contradições fatais que compõem a realidade, eles

* Prefácio escrito por Marcuse em 1960 para o seu livro *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social* (publicado pela primeira vez em 1941). [N.T.]

abstraem do próprio processo da realidade. A negação que a dialética aplica a eles não é somente uma crítica de uma lógica conformista, que nega a realidade das contradições; é também uma crítica da situação dada nas suas próprias bases – do sistema estabelecido de vida, que nega suas próprias promessas e potencialidades.

Hoje, este modo dialético de pensamento é alheio a todo o universo estabelecido do discurso e da ação. Ele parece pertencer ao passado e ser refutado pelas conquistas da civilização tecnológica. A realidade estabelecida parece promissora e produtiva o suficiente para repelir ou absorver todas as alternativas. Assim, a aceitação – e mesmo afirmação – desta realidade parece ser o único princípio metodológico razoável. Além disso, ela não impede nem a crítica, nem a mudança; pelo contrário, a insistência sobre o caráter dinâmico do *status quo*, em suas constantes “revoluções”, é um dos suportes mais fortes para esta atitude. No entanto, esta dinâmica parece operar sem parar dentro do mesmo quadro da vida: simplificando em vez de abolindo a dominação do homem, tanto pelo homem quanto pelos produtos de seu trabalho. O progresso se torna quantitativo e tende a atrasar indefinidamente a mudança da quantidade para a qualidade, ou seja, o surgimento de novos modos de existência com novas formas de razão e liberdade.

O poder do pensamento negativo é a força motriz do pensamento dialético, usado como uma ferramenta para analisar o mundo dos fatos em termos de sua inadequação interna. Escolho esta formulação vaga e não científica a fim de aguçar o contraste entre o pensamento dialético e não dialético. “Inadequação” implica um juízo de valor. O pensamento dialético invalida a oposição *a priori* de valor e fato ao compreender todos os fatos como estágios de um único processo – um processo no qual sujeito e objeto estão tão juntos que a verdade só pode ser determinada dentro da totalidade sujeito-objeto.

Todos os fatos encarnam o conhecedor, bem como o executor; eles constantemente traduzem o passado para o presente. Os objetos, assim, “contêm” a subjetividade em sua própria estrutura.

Agora, o que (ou quem) é esta subjetividade que, em um sentido literal, constitui o mundo objetivo? Hegel responde com uma série de termos que denotam o sujeito em suas diversas manifestações: Pensamento, Razão, Espírito, Ideia. Na medida em que não temos mais o acesso fluente a estes conceitos que os séculos XVIII e XIX ainda tinham, vou tentar esboçar a concepção de Hegel em termos mais familiares.

Não é “real” nada que não se sustente na existência, em uma luta de vida e morte com as situações e condições de sua existência. A luta pode ser cega ou mesmo inconsciente, como na matéria inorgânica; pode ser consciente e concertada, tal como a luta da humanidade com suas próprias condições e com as da natureza. A *realidade* é o resultado constantemente renovado do processo de existência, o processo, consciente ou inconsciente, em que “aquilo que é” se torna “diferente de si mesmo”; e *identidade* é apenas a negação contínua da existência inadequada, o sujeito mantendo-se em ser outro que si mesmo. Cada realidade, portanto, é uma *realização* – um desenvolvimento da “subjetividade”. A última “vem a si” na história, onde o desenvolvimento tem um conteúdo racional; Hegel define isso como “progresso na consciência da liberdade”.

Mais uma vez um juízo de valor – e desta vez um juízo de valor imposto sobre o mundo como um todo. Mas a liberdade é para Hegel uma categoria ontológica: significa ser não um mero objeto, mas o sujeito da sua existência, não sucumbindo às condições externas, mas transformando a factualidade em realização. Esta transformação é, segundo Hegel, a energia da natureza e da história, a estrutura interna

de todo o ser! Pode-se ser tentado a zombar dessa ideia, mas deve-se estar ciente de suas implicações.

O pensamento dialético começa com a experiência de que o mundo não é livre; isto é, que o homem e a natureza existem em condições de alienação, existem como “outros do que eles são”. Qualquer modo de pensamento que exclua essa contradição de sua lógica é uma falsa lógica. O pensamento “corresponde” à realidade somente quando transforma a realidade pela compreensão da sua estrutura contraditória. Aqui o princípio do movimento dialético impele o pensamento para além dos limites da filosofia. Pois compreender a realidade significa compreender como as coisas realmente são, e isto por sua vez significa rejeitar a sua simples facticidade. Rejeição é o processo de pensamento assim como de ação. Enquanto o método científico leva da experiência imediata das coisas à sua estrutura matemática-lógica, o pensamento filosófico leva da experiência imediata da *existência* à sua estrutura histórica: o princípio da liberdade.

A liberdade é a mais íntima dinâmica da existência, e o próprio processo de existência num mundo sem liberdade é “a negação contínua do que ameaça a negar [*aufheben*] a liberdade”. A liberdade, portanto, é essencialmente negativa: existência é ao mesmo tempo alienação e o processo pelo qual o sujeito vem a si mesmo ao compreender e dominar a alienação. Para a história da humanidade, isso significa realização de um “estado do mundo”, no qual o indivíduo persiste em harmonia inseparável com o todo, e em que as condições e as relações de seu mundo “não possuem qualquer objetividade essencial independente do indivíduo”. Quanto à perspectiva de atingir tal estado, Hegel era pessimista: o elemento de reconciliação com a situação estabelecida das coisas, tão forte em sua obra, parece decorrer, em grande medida, deste pessimismo – ou, se preferirem,

desse realismo. A liberdade é relegada para o reino do pensamento puro, a Ideia Absoluta. Idealismo por falta de opção: Hegel compartilha esse destino com a tradição filosófica principal.

O pensamento dialético torna-se assim negativo em si mesmo. Sua função é quebrar a autossegurança e autossatisfação do senso comum, para minar a sinistra confiança no poder e na linguagem dos fatos, para demonstrar que a falta de liberdade está tão no núcleo das coisas que o desenvolvimento de suas contradições internas leva necessariamente a mudança qualitativa: a explosão e a catástrofe da situação estabelecida das coisas. Hegel vê a tarefa do conhecimento como a de reconhecer o mundo como Razão pela compreensão de todos os objetos de pensamento como elementos e aspectos de uma totalidade que se torna um mundo consciente na história da humanidade. A análise dialética, em última instância, tende a se tornar a análise histórica, em que a própria natureza aparece como parte e estágio em sua própria história e na história da humanidade. O progresso da cognição do senso comum para o conhecimento chega em um mundo que é negativo em sua própria estrutura, porque aquilo que é real se opõe e nega as potencialidades inerentes em si – potencialidades que buscam, elas mesmas, realização. A razão é a negação do negativo.

Interpretação daquilo-que-é em termos daquilo-que-não-é, confrontação dos fatos dados com os quais eles excluem – esta foi a preocupação da filosofia onde quer que a filosofia fosse mais do que uma questão de justificação ideológica ou exercício mental. A função libertadora da negação no pensamento filosófico depende do reconhecimento de que a negação é um ato positivo: aquilo-que-é *repele* aquilo-que-não-é e, ao fazê-lo, repele suas próprias possibilidades reais. Consequentemente, expressar e definir aquilo-que-é em seus próprios termos é distorcer e falsificar a realidade. A

realidade é outra e mais do que aquela codificada na lógica e linguagem dos fatos. Aqui está o link interno entre o pensamento dialético e o esforço da literatura *avant-garde*: o esforço para romper o poder dos fatos sobre a palavra, e falar uma língua que não é a língua daqueles que estabelecem, impõem, e se beneficiam dos fatos. Como o poder dos fatos dados tende a se tornar totalitário, a absorver toda a oposição e a definir todo o universo do discurso, o esforço de falar a linguagem da contradição parece cada vez mais irracional, obscuro, artificial. A questão não é a de uma influência direta ou indireta de Hegel sobre a verdadeira *avant-garde*, embora isto seja evidente em Mallarmé e Villiers de l'Isle-Adam, no surrealismo, em Brecht. Linguagem dialética e poética se encontram, antes, em um terreno comum.

O elemento comum é a busca de uma “linguagem autêntica” – a linguagem da negação como a Grande Recusa em aceitar as regras de um jogo em que os dados são viciados. O ausente deve ser feito presente porque a maior parte da verdade é o que está ausente. Esta é a declaração clássica de Mallarmé:

“Je dis: une fleur! et, hors de l'oubli ma voix relègue aucun contour, en tant que quelque chose d'autre que les calices sus, musicalement se lève, idée même et suave, l'absente de tous bouquets”.

[Eu digo: uma flor! e, fora do esquecimento em que minha voz expulsa todos contornos, diferente de qualquer florescer conhecido, musicalmente sobe, ideia mesma e delicada, aquele ausente de todos os buquês.]

Na linguagem autêntica, a palavra

“N'est pas l'expression d'une chose, mais l'absence de cette chose [...] Le mot fait disparaître les choses et nous impose le sentiment d'un manque universel et même de son propre manque” (Blanchot, M. “Le Paradoxe d'Aytré”, *Les Temps Modernes* 9, 1946, p. 1580 ss.).

[Não é a expressão de uma coisa, mas sim a ausência dessa coisa {..} a palavra faz as coisas desaparecerem e nos impõe o sentimento de uma falta universal e até mesmo de sua próprio falta.]

A poesia é, assim, o poder “de nier les choses” [de negar as coisas] – o poder que Hegel afirma, paradoxalmente, para todo o pensamento autêntico. Valéry afirma:

“La pensée est, en somme, le travail qui fait vivre en nous qui ce n'existe pas” (P. Valéry, *Œuvres*, vol. I, org. J. Hytier, Bibliothèque de la Pléiade 127. Paris: Gallimard, 1957, p. 1333).

[O pensamento é, em suma, o trabalho que faz viver em nós o que não existe].

Ele faz a pergunta retórica (ibid.: 966): “Que sommes-nous donc sans le secours de ce qui n'existe pas?” [O que somos nós sem a ajuda do que não existe?].

Isto não é “existencialismo”. É algo mais vital e mais desesperado: o esforço para contradizer a realidade em que toda a lógica e todo o discurso são falsos na medida em que são parte de um todo mutilado. O vocabulário e a gramática da linguagem da contradição continuam a ser aqueles do jogo (não há outros), mas os conceitos codificados na linguagem do jogo são redefinidos pela relação deles mesmos com as suas “negações determinadas”. Este termo, que denota o princípio que rege o pensamento dialético, pode ser explicado apenas em uma interpretação textual da *Lógica* de Hegel. Aqui deve ser suficiente enfatizar que, em virtude deste princípio, a contradição dialética é distinta de toda a excêntrica e pseudo-oposição, beatnik e hipsterismo. A negação é determinada se refere a situação estabelecida aos fatores e forças básicas que contribuem para a sua destrutividade, bem como para as alternativas possíveis para além do *status quo*. Na realidade humana, trata-se de fatores e forças *históricas*, e a negação determinada é, em última

análise, uma negação *política*. Como tal, ela pode muito bem encontrar autêntica expressão em linguagem não política, e tanto mais quando toda a dimensão da política se torna uma parte integral do *status quo*.

Lógica dialética é lógica crítica: ela revela modos e conteúdos de pensamento que transcendem o padrão codificado de uso e validação. O pensamento dialético não inventa esses conteúdos; eles teriam sido obtidos com as noções na longa tradição de pensamento e ação. A análise dialética simplesmente os reúne e reativa; ela recupera significados tabu e, assim, aparece quase como um retorno, ou melhor, uma libertação consciente, do reprimido! Na medida em que o universo de discurso estabelecido é o de um mundo sem liberdade, o pensamento dialético é necessariamente destrutivo, e qualquer libertação que ele pode trazer é uma libertação no pensamento, na teoria. No entanto, o divórcio entre o pensamento e a ação, entre teoria e prática, é em si parte do mundo sem liberdade. Nenhum pensamento e nenhuma teoria pode desfazê-lo; mas a teoria pode ajudar a preparar o terreno para o seu possível reencontro, e a capacidade do pensamento de desenvolver uma lógica e uma linguagem da contradição é um pré-requisito para esta tarefa.

Em que, então, encontra-se o poder do pensamento negativo? O pensamento dialético não impediu Hegel de desenvolver sua filosofia em um sistema limpo e abrangente que, no final, acentua o positivo enfaticamente. Acredito que é a própria ideia de Razão que é o elemento não dialético na filosofia de Hegel. Esta ideia de Razão compreende tudo e, finalmente, absolve tudo, porque ela tem o seu lugar e função no todo, e o todo está para além do bem e do mal, da verdade e da falsidade. Pode até ser justificável, tanto lógica quanto historicamente, definir a Razão em termos que incluem escravidão, a Inquisição, o trabalho infantil, campos de concentração, câmaras de

gás e preparação nuclear. Estas podem muito bem ter sido partes integrantes dessa racionalidade que tem governado a história registrada da humanidade. Se é assim, a própria ideia de Razão está em questão; revela-se como uma parte em vez do todo. Isso não significa que a razão abdica sua pretensão de enfrentar a realidade com a verdade sobre a realidade. Pelo contrário, quando a teoria marxiana toma forma como uma crítica da filosofia de Hegel, ela o faz em nome da Razão. É consonante com o esforço mais profundo do pensamento de Hegel se sua própria filosofia é “cancelada”, não substituindo da razão por padrões extrarracionais, mas conduzindo a razão ela própria a reconhecer o quanto ela ainda é irrazoável, cega, vítima de forças não dominadas. A Razão, como o desenvolvimento e conhecimento aplicado do homem – como “pensamento livre” – foi instrumental para a criação do mundo em que vivemos. Ela também foi instrumental para sustentar a injustiça, a fadiga laboral e o sofrimento. Mas a Razão, e somente Razão, contém o seu próprio corretivo.

Na *Lógica*, que constitui a primeira parte de seu *Sistema de filosofia*, Hegel antecipa quase literalmente a mensagem de Parsifal, de Wagner: “a mão que inflige o ferimento é também a mão que o cura” (Hegel, G.W.F. *The Logic of Hegel*. Trad. W. Wallace. Oxford: Clarendon Press, 1895, p. 55). O contexto é a história bíblica da Queda do Homem. O conhecimento pode ter causado o ferimento na existência do homem, o crime e a culpa, mas a segunda inocência, a “segunda harmonia”, só pode ser obtida a partir do conhecimento. A redenção nunca pode ser o trabalho de um “tolo ingênuo”. Contra os vários obscurantistas que insistem no direito do irracional contra a razão, a verdade do natural *versus* o intelecto, Hegel associa inseparavelmente progresso na liberdade a progresso no pensamento, ação à teoria. Na medida em que ele aceitou a forma histórica específica da Razão alcançada em seu tempo como a realidade da Razão, o avanço para

além desta forma de Razão deve ser um avanço da própria Razão; e uma vez que o ajuste da Razão a instituições sociais opressivas perpetua a falta de liberdade, o progresso na liberdade depende do pensamento tornar-se político, na forma de uma teoria que demonstra a negação como uma alternativa política implícita na situação histórica. A “subversão” materialista que Marx fez de Hegel, portanto, não foi uma mudança de uma posição filosófica para outra, nem da filosofia à teoria social, mas sim um reconhecimento de que as formas estabelecidas de vida estavam atingindo a fase de sua negação histórica.

Esta etapa histórica mudou a situação da filosofia e de todo o pensamento cognitivo. A partir dessa etapa, todo o pensamento que não testemunha uma consciência da falsidade radical das formas de vida estabelecidas é pensamento defeituoso. A abstração desta condição onipresente não é apenas imoral; é falsa. Pois a realidade tornou-se realidade tecnológica, e o sujeito agora juntou-se com o objeto tão de perto que a noção de objeto inclui necessariamente o sujeito. A abstração da inter-relação entre eles não leva mais a uma realidade mais genuína, mas ao engano, porque mesmo nessa esfera o próprio sujeito é, aparentemente, uma parte constitutiva do objeto como cientificamente determinado. O sujeito que observa, que mede e que calcula do método científico, e o sujeito da atividade diária da vida, ambos são expressões da mesma subjetividade: o homem. Não se faz necessário esperar por Hiroshima para ter os olhos abertos para esta identidade. E como sempre o foi, o sujeito que conquistou a matéria sofre sob o peso morto da sua conquista. Aqueles que impõem e direcionam essa conquista a têm usado para criar um mundo no qual os confortos crescentes da vida e o poder onipresente do aparato produtivo mantêm o homem escravizado à situação vigente das coisas. Aqueles grupos sociais que a teoria dialética identificou como

as forças da negação são derrotados ou reconciliados com o sistema estabelecido. Ante ao poder dos fatos dados, o poder do pensamento negativo encontra-se condenado.

Este poder dos fatos é um poder opressivo; é o poder do homem sobre o homem, que aparece como condição objetiva e racional. Contra essa aparência, o pensamento continua a protestar em nome da verdade. E em nome do fato, pois o fato supremo e universal é que o *status quo* se perpetua através da constante ameaça de destruição atômica, através do desperdício sem precedentes de recursos, por meio de empobrecimento mental, e – por último mas não menos importante – através de força bruta. Estas são as contradições não resolvidas. Elas definem cada fato singular e cada evento; elas permeiam todo o universo do discurso e da ação. Então, elas também definem a lógica das coisas: quer dizer, o modo de pensamento capaz de perfurar a ideologia e de compreender a realidade em seu todo. Nenhum método pode reivindicar o monopólio da cognição, mas não parece autêntico nenhum método que não reconhece que essas duas proposições são descrições significativas da nossa situação: “O todo é o verdadeiro”, e o todo é falso.

Texto original: MARCUSE, Herbert. “A Note on Dialectics”. In: *Reason and Revolution: Hegel and the Rise of Social Theory*. Boston, EUA: Beacon Press, 1960, p. vii-xvi.

Tradução para a língua portuguesa publicada com a permissão de Peter Marcuse, executor do *Literary Estate of Herbert Marcuse*, que detém todos os direitos para futuras publicações.

Materiais suplementares de trabalhos anteriormente não publicados de Herbert Marcuse, muitos dos quais se encontram na biblioteca da Universidade Johann Wolfgang Goethe de Frankfurt/Main, foram publicados pela editora Routledge (Inglaterra) em uma série de seis volumes editada por Douglas Kellner, e pela editora zu Klampen (Alemanha) em uma série editada por Peter-Erwin Jansen.